



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Vivendo às margens de Curitiba: a segregação socioespacial sob o enfoque das políticas e práticas habitacionais na “cidade modelo”

Living on the borders of Curitiba: a socio-spatial segregation under the focus of housing policies and practices in the "model city"

Viviendo en las orillas de Curitiba: segregación socio-espacial desde la perspectiva de las políticas y prácticas de vivienda en la “ciudad modelo”

CARVALHO, André de Souza (1);

SUGAI, Maria Inês (2)

(1) Mestre, PGAU, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil; email: andre.de.souza.carvalho@gmail.com

(2) Professora Doutora, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, PGAU, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil; email: misugai@gmail.com

Vivendo às margens de Curitiba: a segregação socioespacial sob o enfoque das políticas e práticas habitacionais na “cidade modelo”

Living on the borders of Curitiba: a socio-spatial segregation under the focus of housing policies and practices in the "model city"

Viviendo en las orillas de Curitiba: segregación socio-espacial desde la perspectiva de las políticas y prácticas de vivienda en la "ciudad modelo"

RESUMO

Reconhecida pelo seu planejamento urbano e qualidade de vida, Curitiba, de fato, apresenta diferenciais em sua estrutura urbana, advindos de vultosos investimentos realizados principalmente em setores viários e de transporte. Porém, a cidade considerada "modelo" apresenta contrastes internos, como a grande concentração de pobreza e ilegalidade habitacional ao Sul da cidade. Este artigo intenta expor o processo de segregação socioespacial que configurou este desequilíbrio social e espacial em Curitiba, ocorrido com maior intensidade a partir da década de 1970, enfocando especialmente a localização de habitação de interesse social. Observa-se que o poder público historicamente isolou e apartou a população de baixa renda curitibana às margens de seu território, fato que continua a ocorrer mesmo no contexto de novas políticas e programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida.

PALAVRAS-CHAVE: Curitiba, segregação socioespacial, habitação de interesse social

ABSTRACT

Recognized for urban planning and quality of life, Curitiba, in fact, shows differential in its urban structure, coming from huge investments performed especially in urban roads and transport sectors. However, the city considered "model" reveal internal contrasts, as the high concentration of poverty and housing illegal on the south of the city. This article intends to expose the process of socio-spatial segregation that set this social and spatial unbalance in Curitiba, occurred with greater intensity from the 1970s, particularly focusing on the location of social housing. The public authorities historically has collaborated to keep isolated and departed the low-income inhabitants of Curitiba to the borders of its territory, a fact that continues to occur even in the context of new housing policies and programs such as "Minha Casa Minha Vida" (My Home My Life).

KEY-WORDS: Curitiba, socio-spatial segregation, social housing

RESUMEN

Reconocida por su planificación y su calidad de vida urbana, Curitiba, de hecho, presenta diferenciales en su estructura urbana, que viene de las grandes inversiones realizadas sobre todo en las vías urbanas y en el transporte colectivo. Sin embargo, la ciudad considerada "modelo" presenta contrastes internos, como la alta concentración de la pobreza y la vivienda ilegal en el sur de la ciudad. Este artículo tiene la intención de exponer el proceso de segregación socio-espacial que estableció este desequilibrio social y espacial en Curitiba, producido con mayor intensidad a partir de la década de 1970, enfocándose especialmente la ubicación de la vivienda social. Se observa que las autoridades públicas históricamente aislaran y apartaram los habitantes de bajos ingresos de Curitiba a las margenes de su territorio, un hecho que persiste incluso en el contexto de las nuevas políticas de vivienda y programas como "Minha Casa Minha Vida" (Mi Casa Mi Vida)

PALABRAS-CLAVE: Curitiba, segregación socio-espacial, políticas de vivienda social

1 INTRODUÇÃO

Frequentemente referenciada pelo seu planejamento urbano e qualidade de vida divulgados como “modelares”, especialmente após a década de 1990, Curitiba, de fato, apresenta diferenciais em sua estrutura urbana, advindos de vultosos investimentos realizados desde a década de 1960, especialmente nos setores viários e de transporte coletivo. Entretanto, a cidade que ficou reconhecida mundialmente pela sua criatividade, sustentabilidade e inovações urbanísticas é uma parte restrita do pólo de uma metrópole que abriga mais de 300 ocupações informais e diversos contrastes sociais, especialmente em suas margens periféricas.

Regiões apartadas e desconexas às áreas centrais e nobres de Curitiba concentram a maior parte dos mais de 150 mil habitantes que vivem de forma precária e ilegal e quase a totalidade da habitação de interesse social. A segregação socioespacial em Curitiba se revela especialmente na distância física e social entre as regiões que concentra alta renda àquelas de menores rendimentos. Assim como as demais metrópoles latinoamericanas, Curitiba apresenta contrastes sociais e espaciais há mais de um século, entretanto, constata-se que nas últimas cinco décadas consolidou uma maior disparidade entre as regiões da cidade habitadas por populações de alta e baixa renda. Especialmente, porque, desde as primeiras políticas habitacionais da cidade ocorridas em meados de 1960, a população pobre foi deslocada para conjuntos habitacionais populares às margens da urbe, contribuindo sobremaneira ao processo segregativo na capital paranaense.

Este artigo, fruto de uma pesquisa de dissertação de mestrado que objetivou evidenciar a maneira como a localização das habitações populares resultou na intensificação da segregação socioespacial em Curitiba, intenta demonstrar e refletir como as práticas e políticas de planejamento urbano das regiões nobres da cidade ocorreram em concomitância com ações habitacionais excludentes, nas quais o poder público situou e concentrou a população de baixos rendimentos em unidades habitacionais periféricas e distantes das áreas valorizadas da metrópole. Ainda com avanços legais relacionados à questão urbana e habitacional brasileira nas últimas décadas e o lançamento de um ousado Programa econômico e habitacional: O PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), o direito de viver dignamente e usufruir das benesses e serviços citadinos continuam restritos a uma minoria da população.

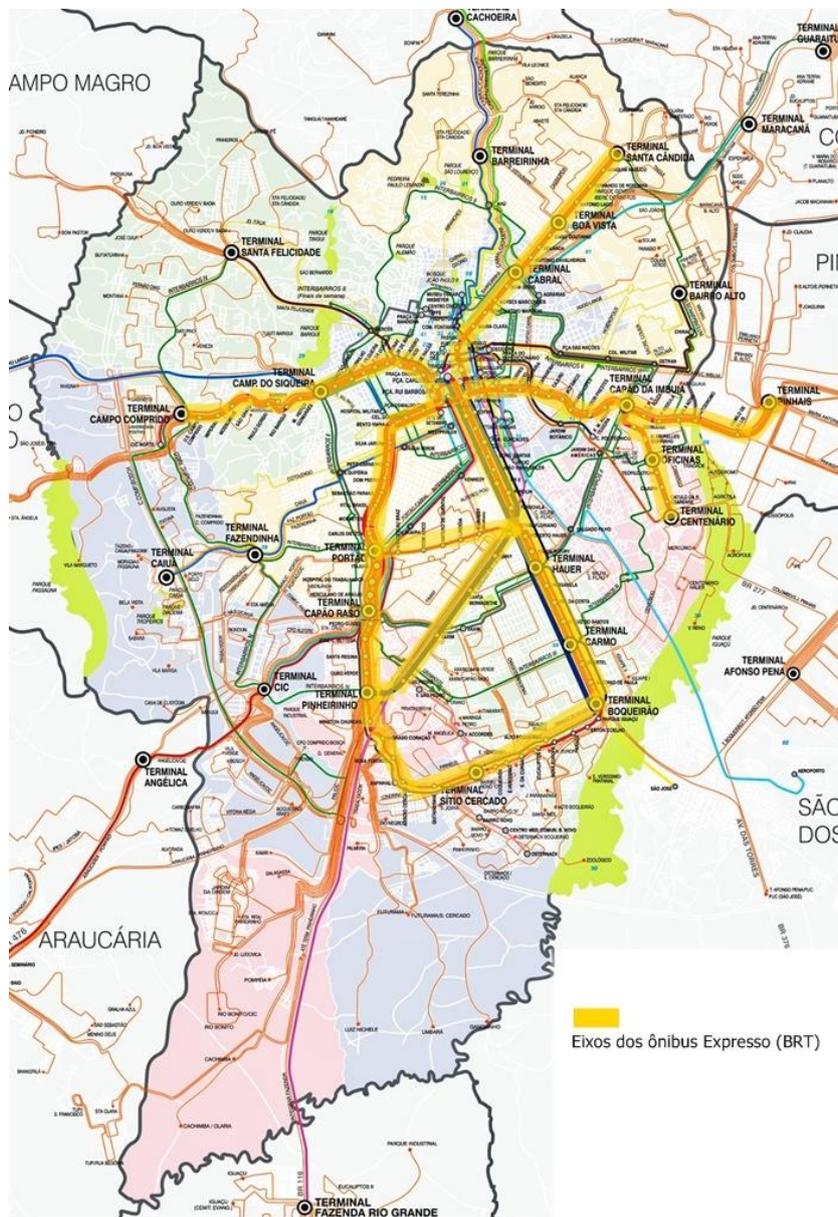
2 CURITIBA E SEUS ABISMOS SOCIAIS

Curitiba chegou ao terceiro milênio com mais de 1 milhão e meio de habitantes, mais do quádruplo do número de habitantes que tinha na década de 1960, quando, dado um intenso processo migratório advindo do êxodo rural, a cidade cresceu expressivamente em população e expandiu sua malha urbana. Atualmente a periferia de Curitiba e seus municípios vizinhos caracterizam áreas aglutinadoras de assentamentos humanos informais e precários, habitadas por uma população migrante de baixa renda.

Referenciada pelo seu sistema de transporte, principalmente devido ao BRT (*Bus Rapid Transit*), pioneiro no Brasil, a cidade também se destaca pelos eixos estruturais, instituídos nos Planos Preliminar de Urbanismo e Diretor, ainda em meados da década de 1960, que constituíram áreas de adensamento, priorização de transporte coletivo e vias de trânsito rápido. Todavia, tais eixos não contemplam igualmente toda a cidade e tampouco avança às extremidades urbanas (com exceção à leste), especialmente a região sul, onde justamente se

concentra a população mais carente e crescente de Curitiba. Por outro lado, estes eixos se inter cruzam e abundam em regiões próximas ao centro da cidade, onde tradicionalmente habitavam e habitam as populações economicamente favorecidas da capital paranaense.

Figura 1: Eixos de transporte de Curitiba



Fonte: IPPUC, modificado pelo autor.

Segundo o Censo de 2010, Curitiba possui 1.751.907 habitantes, abrigando pouco mais de 50% da população de sua região metropolitana. Dividida 7 administrações regionais, abriga 75 bairros, dois deles com população superior a 100 mil habitantes: Cidade Industrial (CIC), habitado por 172.699 habitantes e Sítio Cercado, onde vivem 115.525 moradores. Coincidentemente, estes dois bairros localizados a dezenas de quilômetros ao Sul do centro da cidade, são os que concentram a maior parte dos conjuntos habitacionais de Curitiba e boa parte da população com rendimento inferior a 3 salários mínimos (SM), também estão entre

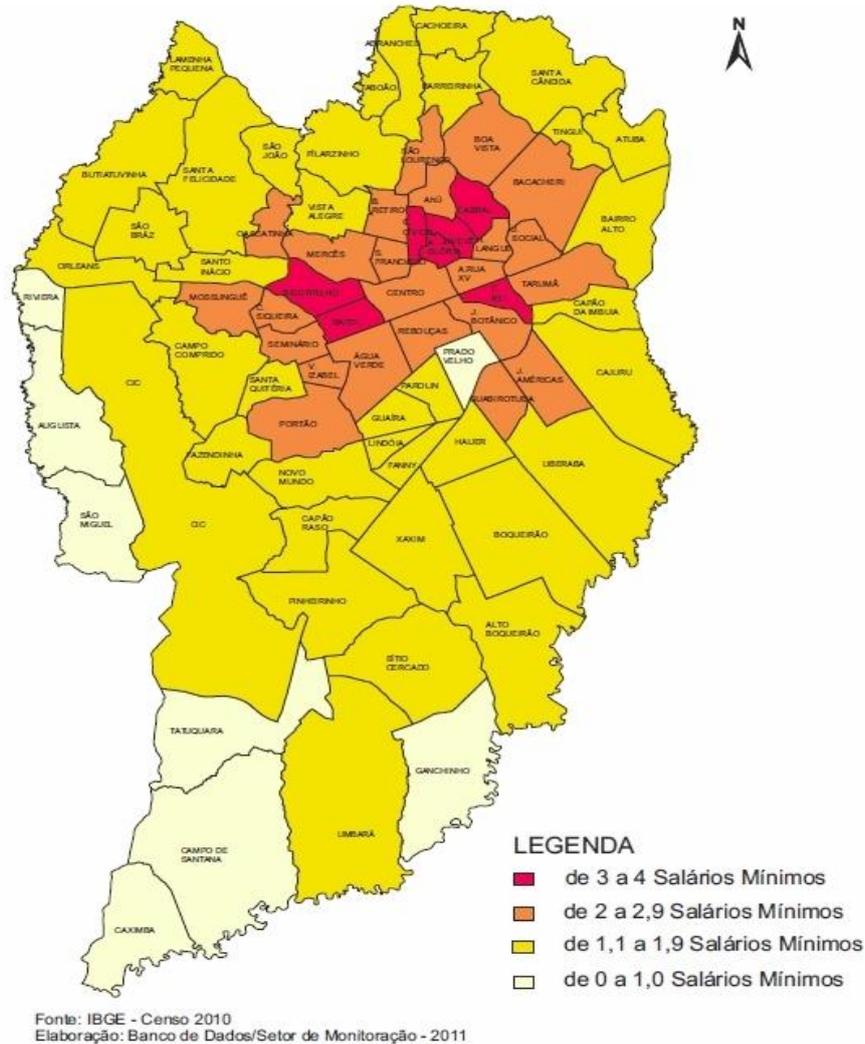
os bairros com maior número de habitantes vivendo em aglomerados subnormais. Por outro lado, contíguos ao centro há o Batel, Água Verde, Alto da XV, Alto da Glória e Bigorriho que apresentam os rendimentos mensais domiciliares mais elevados da cidade (mais de 75% das famílias com rendimento superior a 5 SM). No requintado bairro do Batel, 33,5% dos domicílios ostenta renda superior a 20 SM, enquanto que no extremo Sul da cidade, no Tatuquara – com uma população quase 5 vezes superior ao Batel - esta cifra reduz-se a 0,2%.

Embora Curitiba possua uma situação privilegiada às demais capitais do Brasil no tocante à renda, apresentando 25,5% da população com um rendimento nominal mensal domiciliar per capita superior a 5 SM (sendo a média nacional de 5,1%), observa-se que esta renda é extremamente mal distribuída e que os bairros de menor renda são os mais populosos e apresentam maior índice de crescimento, como é o caso do Campo de Santana, com incremento populacional de 263% entre 2000 e 2010 e que apresenta 84,4% de sua população com rendimento inferior a 5 SM. O Augusta, que cresceu 82,42%, possui mais de 3/4 dos seus habitantes recebendo menos de cinco salários. Nos populosos CIC e Sítio Cercado, tem-se respectivamente 72,8% e 75,4% da população com rendimentos inferiores a 5 SM.

Dessa forma, apesar de Curitiba ser consensualmente considerada uma cidade “rica”, a maior parte de sua população não é contemplada com índices que denotem “riqueza”. Segundo o Censo de 2010, o rendimento mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade em Curitiba era de 1,4 salários mínimos. Os bairros que apresentaram o maior rendimento mediano, de 3 a 4 SM, abrigam somente cerca de 5% da população e se situam bem próximos ao centro, são servidos pelo BRT e quando não limítrofes ao centro, estão contíguos a outros bairros de mesma característica rentária. Entre as faixas de 2 e 2,9 SM estão o centro e mais 22 bairros da cidade, todos eles situados na próximos ao centro e contíguos entre si num anel contíguo à região central ou aos bairros mais privilegiados. Nas faixas mais baixas, estão pouco mais de 60% dos bairros e maioria dos habitantes de Curitiba, afinal, dos 12 bairros mais populosos e que abrigam mais da metade da população, apenas o Água Verde não enquadra nesta faixa. Os 50,7% dos bairros que apresentam rendimento mediano entre 1,1 e 1,9 SM, abrigam a maior parte da população total da cidade, sendo que nenhum destes situa-se próximo ao centro. Dos 8 bairros mais pobres, que apresentam rendimento mediano mensal abaixo de R\$510,00, todos eles, excetuando o Prado Velho, estão situados nas extremidades Sul ou Oeste da cidade e apresentam grande distância do centro, dos eixos de transporte e das regiões com melhor infraestrutura de Curitiba.

Figura 2 – Mapa: rendimento mediano mensal de pessoas acima de 10 anos segundo bairros de Curitiba

**VALOR DO RENDIMENTO MEDIANO MENSAL DAS PESSOAS
 DE 10 ANOS OU MAIS EM S.M - 2010 (R\$ 510,00)**



Conforme pode ser constatado a partir do mapa e dados elencados acima, notavelmente Curitiba possui um espaço urbano extremamente desigual e até mesmo adverso, com regiões que centralizam uma população mais rica e uma periferia relegada aos menos favorecidos, onde o sistema de transporte é menos presente e eficiente, assim como os equipamentos urbanos e as atenções e investimentos públicos.

Villaça (2001, p.139) aponta que a disputa pelo espaço urbano ocorreu e ocorre de forma desequilibrada em nosso país, sendo que os detentores do poder econômico - os quais, muitas

vezes também são do poder político - possuem vantagens na disputa pelos espaços citadinos mais favoráveis, restando aos demais as piores áreas, as mais distantes, as menos atendidas pelo poder público, afinal, consiste na “região dos ‘derrotados’ na competição espacial”. Resultando, assim, uma cidade bipartida: De um lado a cidade dos vencedores, atendida pelo Estado e beneficiada pelos investimentos advindos deste. E do outro, a cidade dos vencidos, onde a informalidade e o esquecimento predominam, distantes fisicamente e socialmente das partes privilegiadas da cidade, habitada por uma população pauperizada que “consegue localizar-se junto ao local de empregos, mas tem de ficar longe do centro principal da cidade. Sem acesso - inclusive social e econômico - ao centro principal.” (*idem*)

A intervenção estatal, ao privilegiar determinadas áreas em detrimento de outras, demarca ainda mais os diferenciais da localização, promovendo o aumento do valor do solo urbano que recebeu investimentos. Favorecendo a ação de um mercado imobiliário formal que restringe o acesso da maior parte dos habitantes às áreas mais valorizadas do espaço urbano. Aos excluídos deste mercado não há muitas outras opções além da informalidade, ocupando áreas periféricas, quase esquecidas dos investimentos públicos e, portanto, de baixo valor.

Apesar de ainda conseguir ostentar boa imagem e representatividade quanto à uma suposta qualidade urbana, Curitiba revela-se também extremamente dual e segregada. Duas cidades convivem num mesmo território, a cidade legitimada e ideologicamente “vendida” pela mídia como modelo urbano a ser seguido e um grande anel de pobreza, excluído e isolado socialmente da Curitiba “oficializada” nos discursos de seus urbanistas e exaltada por soluções urbanas pretensamente criativas e originais.

Evidentemente, a Curitiba dos parques, dos memoriais e marcos urbanos, das avenidas bem cuidadas e do famoso sistema de transporte é aquela onde a camada de mais alta renda se autosegregou e demandou as devidas atenções do poder público e os maiores investimentos urbanos. A Curitiba “ilegal”, informal, não prevista e desconsiderada dos Planos Diretores que surgiu ao entorno da cidade “idealizada” foi a que restou aos habitantes menos favorecidos economicamente e àqueles que acabaram sendo “expulsos” pelas transformações urbanas ocorridas a partir da década de 1970.

Concorda-se que “a segregação social contribui para a perpetuação de situações de pobreza por meio de diferentes mecanismos” (TORRES, 2005, p. 95), afinal a pouca atenção dispensada à população carente da cidade e até mesmo a desconsideração das mesmas acirrou ainda mais a segregação dos favorecidos e a exclusão e afastamento dos apartados. Contribuiu também para a precariedade e ilegalidade habitacional de grande parte da população da metrópole.

Segundo MARICATO (1996) e VILLAÇA (2001), a ilegalidade atinge boa parte da área urbana das grandes cidades brasileiras, configurando territórios “*sem lei, sem segurança ambiental, sem saneamento, constituído pelas áreas de moradias pobres*”. (MARICATO, 1996, p.9). Frequentemente esta cidade ilegal, constituída na informalidade e habitadas por pessoas carentes e com baixo rendimento não é considerada para o planejamento urbano oficial.

Dessa forma, em Curitiba, assim como nas demais metrópoles brasileiras, resta à camada de baixa renda habitar as áreas menos valorizadas, em geral periféricas e rejeitadas pelo mercado imobiliário, assim como em áreas públicas inaptas à construção e moradia como as situadas às margens de córregos, encostas dos morros e suscetíveis a alagamentos e outros riscos. Muitas vezes, as áreas de proteção ambiental, “onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização” também acabam sendo ilegalmente ocupadas, afinal, “a tolerância para com essa ocupação anárquica do solo está



coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado.” (MARICATO, 1996, p. 31-35)

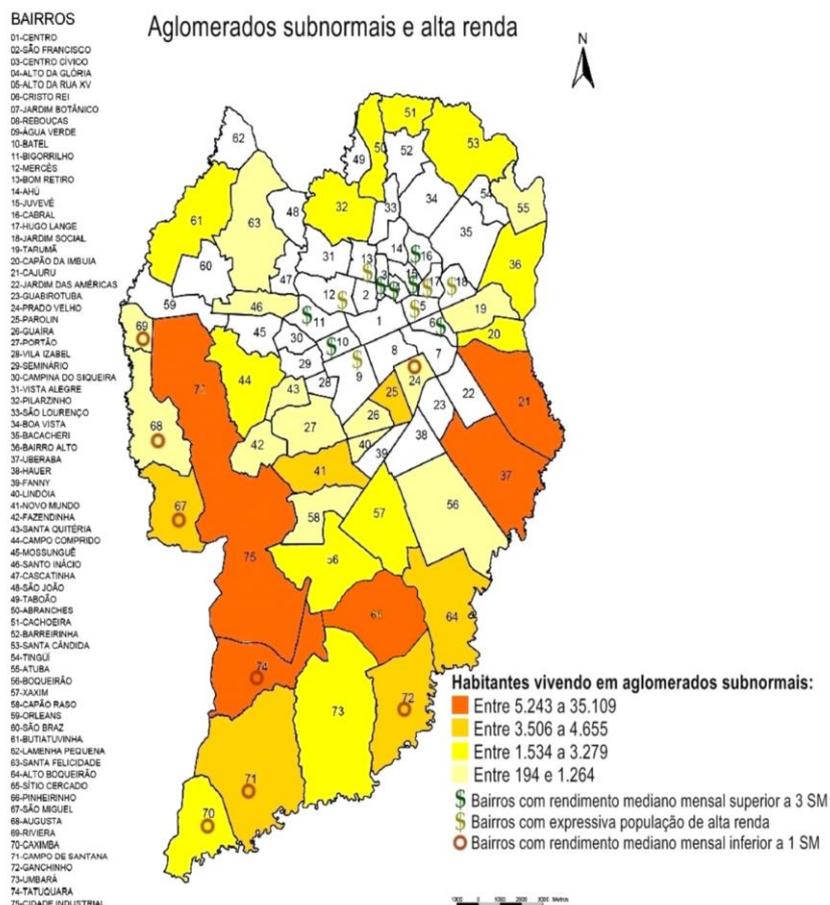
Dada a ineficiência das políticas públicas de habitação e a tolerância do Estado brasileiro, a informalidade e ilegalidade cresce mais que a cidade “legal”. Segundo dados do IBGE, em 2010 Curitiba possuía 576.211 domicílios ocupados, sendo que 46.806 unidades habitacionais estavam localizadas em aglomerados subnormais abrigando 162.679 habitantes. Isto significa que quase 10% dos curitibanos viviam em favelas. Apesar de possuir uma menor proporção de habitantes em aglomerados subnormais que outras capitais brasileiras, em Curitiba, a população favelada cresce mais que o conjunto dos habitantes. Enquanto de 2000 a 2010 Curitiba teve um incremento demográfico de 10,3%, o crescimento populacional das favelas foi de 12,4%.

Analisando a localização dos aglomerados subnormais, observa-se que estão distribuídos por 37 bairros, apenas dois deles (Parolin e Prado Velho) possuem proximidade ao centro, sendo que nenhum bairro curitibano considerado nobre ou que concentra população de alta renda há ocorrência de aglomerado subnormal. Em compensação, em todos os bairros cuja renda apresenta valor mediano mensal inferior a 1 SM há considerável concentração de população “favelada”: Tatuquara, Ganchinho, São Miguel e Campo de Santana estão entre os 10 bairros com maior número de habitantes vivendo precariamente. (vide figura 3)

Também é digno de apreensão a concentração das vilas ou favelas na região sul de Curitiba. Todos os bairros que possuem mais de 5 mil habitantes vivendo em aglomerados subnormais estão ao sul do centro da cidade (também a SE ou SO), sendo que dos 37 bairros com favelas, apenas 9 deles se localizam ao Norte da região central, porém quase todos limítrofes com outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde a informalidade é evidente. Aliás, a quase totalidade dos bairros curitibanos que fazem limites com outras cidades da RMC apresentam aglomerados subnormais, sendo que a concentração destes é maior nas divisas localizadas ao Sul.

Apreende-se, portanto, que a informalidade em Curitiba é localizada principalmente em regiões distantes das habitadas pela população de alta renda, em geral em áreas desfavorecidas pelo transporte e infraestrutura, afastadas do centro e áreas nobres e bastante próximas aos limites com os demais municípios vizinhos.

Figura 3: Localização dos bairros de alta e concentração de aglomerados subnormais em Curitiba.



Fonte: IPPUC, IBGE 2010. Elaborado pelo autor.

Apresentado este panorama atual que revela uma cidade expressamente desigual, excludente e segregada, pretende-se expôr a forma como esta cidade de espaços tão dispares foi sendo constituída, enfocando especialmente a localização da habitação de interesse social, afinal, tamanhas desigualdades sociais e territoriais não surgiram de um momento para outro, sendo fruto de um processo segregativo que teve na ação do Estado e seus investimentos o vetor primordial para a constituição de um espaço urbano excludente, contraditório e desequilibrado.

3 O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A restrita mobilidade urbana e social da população menos favorecida, habitante de uma cidade “ilegal” e distante – tanto fisicamente quanto economicamente dos destacados “cenários urbanos” de Curitiba -, reflete uma cidade segregada e excludente, onde os espaços planejados, de localização privilegiada e bem servidos por infraestrutura e serviços quase sempre restringem-se às regiões habitadas pela população de mais alta renda. Enquanto que as distantes periferias, mal equipadas e marcadas por informalidade urbana e vulnerabilidade social são habitadas por populações com os piores rendimentos. O espaço urbano curitibano

apresenta adversidades e contradições que se evidenciam sobremaneira na área habitacional, principalmente quando se analisa as regiões mais distantes e “marginais” da cidade. “Curitiba, tomada como cidade modelo de planejamento urbano, está cercada por uma coroa formada de numerosos núcleos de terras invadidas, muitos dos quais estão em áreas de proteção ambiental. (MARICATO, 2003, p. 159)

Historicamente, a partir da segunda metade da década de 1960, os conjuntos habitacionais de Curitiba foram implantados em áreas isoladas e desprivilegiadas, bem distante das localizações nobres da cidade. O primeiro deles, a Vila Nossa Senhora da Luz, iniciado em 1966 (mesmo ano da Lei que instituía o Plano Diretor de Curitiba e logo após a fundação da COHAB-CT – Companhia de Habitação Popular de Curitiba) revelou-se um equívoco, dada sua localização, dimensão e isolamento, cujos efeitos se fazem sentir até os dias atuais.

Na maioria das vezes desintegradas e distantes do centro da metrópole, a quase totalidade das unidades habitacionais produzidas pela COHAB-CT, ao longo de quase cinco décadas, revelam-se extremamente desconexas e apartadas da “Curitiba” ideologicamente representada e divulgada como modelo de planejamento e qualidade de vida. A ação do Estado na localização das habitações de interesse social em Curitiba e a maneira pela qual investe – ou deixa de investir – em tais localidades, desde a década de 1960 até meados de 2000, acabou por reforçar a apartação espacial e social ao configurar e consolidar um espaço marcado pela pobreza e exclusão no Sul da cidade.

Verifica-se que a partir da década de 1960, além de um planejamento urbano continuado e o direcionamento de vultosos investimentos em determinados pontos da cidade, também ocorreu a prática de localizar habitações de interesse social em regiões distantes e desconexas daquelas áreas da cidade que estavam sendo qualificadas, valorizadas e revitalizadas.

Sobre o planejamento urbano da cidade, cabe destacar que apesar de existir medidas anteriores, foi, sobretudo na década de 1960, no contexto ditatorial, que surgiram maiores investimentos, possibilidades e ações referentes a um planejamento mais efetivo. Em 1965, a partir de um Plano Preliminar de Urbanismo desenvolvido pela empresa paulista Serete Engenharia S.A., iniciou-se a formulação do Plano Diretor de Urbanismo, que propiciaria também o surgimento do órgão que viria a ser responsável pelo seu acompanhamento: o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba).

Planejou-se e se executou a organização e “transformação” urbana de Curitiba, porém, de forma seletiva e excludente. À medida que a cidade ia sendo planejada, algumas áreas foram valorizadas com investimentos em transporte, parques, equipamentos públicos. Na maioria das vezes, estas regiões já eram habitadas por uma população de alta renda e, quando não fosse, restrições impostas por um zoneamento restritivo e não includente, além do próprio aumento do valor do solo urbano dessas áreas urbanas estruturadas, afastavam-nas a possibilidade de serem habitadas por habitantes de menores rendimentos. A parte da cidade planejada e transformada estaria restrita a seletos moradores, excluindo famílias de baixa renda, inclusive habitações de interesse social.

Embora estruturada em suas áreas nobres a partir dos “eixos estruturais” ou “sistema trinário”: vias expressas de trânsito rápido entremeadas por faixas exclusivas para transporte coletivo, até 2000 não houve interesse em instituir áreas de interesse social na cidade, as quais foram criadas em regiões distantes do centro e da parte nobre de Curitiba.

No planejamento da cidade, o poder público atuou de modo a predefinir e selecionar espaços urbanos a serem privilegiados e valorizados com as obras e maiores atenções, sendo que as áreas primordialmente predefinidas pelo planejamento urbano e investimentos públicos eram as historicamente ocupadas pela elite econômica curitibana. Da mesma forma, áreas consideradas “problemáticas”, habitadas por migrantes recém estabelecidos, acabaram sendo preteridas. (SOUZA, 2001)

Uma vez determinada a área da cidade para se planejar, investir e valorizar e, sendo esta justamente a habitada pela população da mais alta renda, facilitou-se e se potencializou a segregação dos habitantes daquela região – afinal, justifica-se e se legitima os privilégios e a demanda das atenções e investimentos. Consequentemente, tal prática também proporciona a exclusão e a desatenção aos habitantes que vivem em regiões diversas e distantes destas priorizadas pelo poder público, contribuindo para o acirramento do desequilíbrio entre as áreas da cidade, segmentando o espaço de acordo com a diferenciação social de seus habitantes, segregando-os.

4 O ISOLAMENTO DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E O ACIRRAMENTO DA SEGREGAÇÃO

Foi, sobretudo na década de 1970, que o processo segregativo em Curitiba passou a manifestar de maneira mais intensa. No contexto em que se planejava o espaço de uma cidade “modelar” para o usufruto das classes médias e abastadas também iniciou a prática de localizar habitações de interesse social periféricamente, mal localizadas e isoladas da malha urbana.

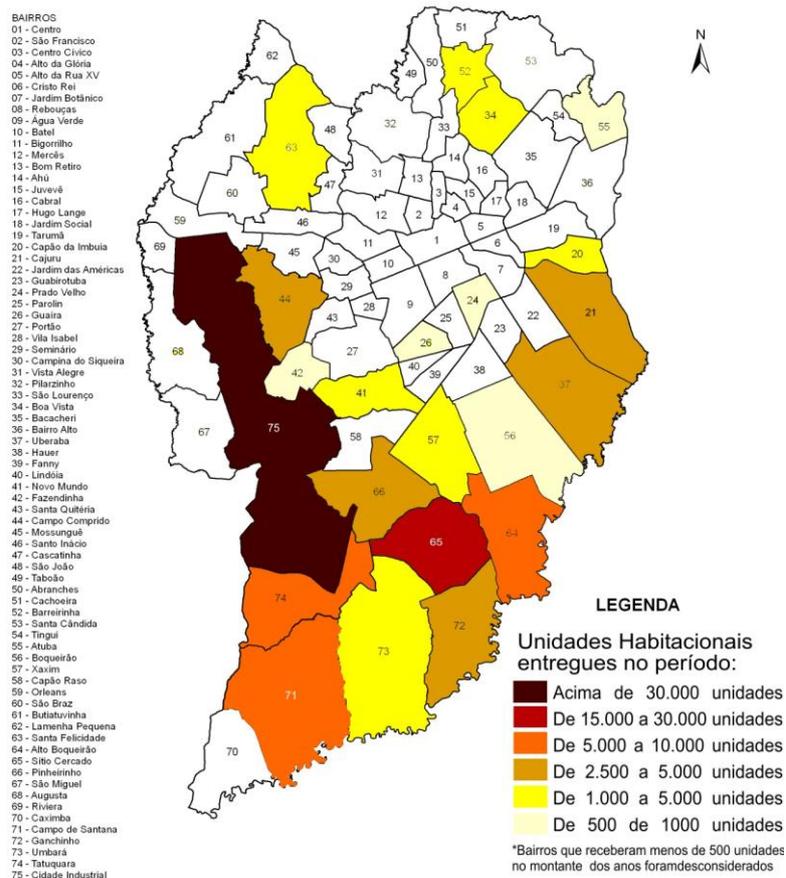
Instituída em maio de 1965 como uma empresa de economia mista, cuja acionista majoritária era a Prefeitura Municipal de Curitiba, a COHAB-CT apresentava, dentre seus principais objetivos a realização de ações voltadas à melhoria das condições de habitação das famílias com rendimentos inferiores. Exatamente no mesmo período em que se regulamentava o Plano Diretor de Urbanismo em Curitiba, no contexto de medidas e práticas de desfavelamento e “transformação” da cidade, a instituição surgia com o propósito de elaborar e gerenciar a implantação de políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda.

Sobre a primeira iniciativa habitacional da COHAB Curitiba cabe ater-se de forma mais detalhada, dada sua amplitude, consequências e aparente reverberação ainda nos dias atuais: Em 1966, coincidentemente o mesmo ano da promulgação da Lei Municipal 2828 que “Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e **controle** do desenvolvimento integrado do Município”, como forma de “controlar” a cidade, decide-se desfavelar Curitiba e, para isto, constrói-se em tempo recorde 2.150 casas de apenas duas tipologias, em uma área distante, isolada e desintegrada do centro urbano, para onde, deslocaram-se quase 11 mil pessoas removidas de diversas favelas. Formava-se a Vila Nossa Senhora da Luz, o primeiro e malogrado grande conjunto habitacional curitibano, surgido em um terreno de 745.000 m² em área apartada da malha urbana da época, porém, divulgado como exemplar e inaugurado em 1967 com a presença do presidente da República Mal. Castelo Branco. Passados quase meio século de existência e muitos problemas no decorrer de sua implantação e trajetória, a V. N. Senhora da Luz, apesar de não estar mais isolada, ainda guarda características de locais “guetificados” onde a violência e a vulnerabilidade social são marcantes, assim como nas demais invasões e conjuntos habitacionais da região do CIC, localizados na região sul / sudoeste de Curitiba.

Apesar de contabilizar, durante suas mais de 4 décadas de funcionamento, o atendimento a mais de 100 mil famílias, a localização das habitações dos contemplados, na quase totalidade dos casos, em muito contribuiu para a segregação e exclusão social. Além de o primeiro conjunto habitacional ter sido construído no meio do nada, em área desconexa da cidade, na década de 1980 a COHAB implantou mais de 9 mil unidades habitacionais distribuídas entre 38 empreendimentos deste mesmo bairro (CIC), 3.806 delas somente em 1983. Na década seguinte, na mesma região, os novos empreendimentos ultrapassaram a meia centena, implantando-se no CIC aproximadamente 15 mil unidades habitacionais - cerca de 10 mil destas apenas em 1993 e 1994, em glebas imensas como o Bolsão Sagrada Família, onde foram entregues, de uma única vez, mais de 2 mil lotes. Nos anos 90 a COHAB-CT “assentou” mais de 10 mil famílias no Sítio Cercado, uma área ao sul da cidade que até a década anterior era rural, distante e desintegrada do perímetro urbano curitibano. Já, na década de 2000, a região sul continuou sendo o lócus das habitações populares, dessa vez nos bairro do Tatuquara e Campo de Santana, onde, em 2004, somente no residencial Rio Bonito foram implantados 4108 lotes. No mapa abaixo é possível verificar a distribuição das unidades habitacionais da COHAB em 4 décadas de atuação.

Figura 4: Produção habitacional da COHAB-CT de 1967 a 2007

Produção Habitacional COHAB - CT 1967 a 2007



Fonte: COHAB-CT. Elaborado pelo autor

Nota-se uma evidente preferência e predomínio na região Sul da cidade e uma prática de “poupar” ou evitar habitações populares em áreas centrais ou valorizadas. Historicamente, conforme demonstra Bonduki (1998) os conjuntos habitacionais brasileiros caracterizaram pela sua localização desprivilegiada no espaço urbano, muitas vezes desintegrados deste, distribuídos através de relações clientelistas, possuindo qualidade construtiva discutível e em ações que prevalecem os interesses privados sobre os públicos. Resultando em uma urbanização que propicia a formação de espaços desiguais em nossas cidades, produtor de áreas segregadas.

Especialmente até a década de 1970, mas ainda nos dias atuais, salvo projetos pontuais diferenciados, as habitações de interesse social implantadas no Brasil só contribuíram com a segregação sócioespacial. Além da padronização tipológica e excessiva concentração de unidades repetidas, são localizadas em áreas tão distantes e desconexas do centro principal da urbe, proporcionando o isolamento e “abandono” de seus habitantes, privando-os do direito à cidade. Não obstante, ainda incrementam os custos de infraestrutura, aumentam a dispersão urbana e a agressão ao meio ambiente.

Observa-se, que Curitiba não destoou do modelo, reservando, em geral, aos menos favorecidos, a desvantagem de habitar em locais distantes, isolados e em geral “marginalizados”. Para Albuquerque (2007), o elemento mais explícito da política habitacional de Curitiba foi a periferização da população de baixa renda “(...) a produção habitacional da ‘cidade modelo’ empurrou os pobres de Curitiba para as bordas do Município.” (ALBUQUERQUE, 2007, p.113). O planejamento urbano curitibano atuou de forma profícua na valorização dos espaços destinados à população de alta renda em detrimento às necessidades básicas da população que vive em condições precárias, com acesso dificultado à cidade formal, instalando-se estas em áreas, na maioria das vezes, inadequadas.

Se por um lado, Curitiba preparava para se tornar uma cidade 'espetacular' (SANCHEZ, 1997), por outro tratava o problema da habitação de maneira autoritária, violenta e excludente. A década de 1970: "foi marcada pelas ações de remoção de favelas que objetivavam erradicar da 'cidade modelo' toda e qualquer forma de ocupação caracterizada pela irregularidade. (...) as famílias removidas das favelas curitibanas eram assentadas em 'áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico' (IPPUC, 1976, p.19), ou seja, distantes das regiões ocupadas predominantemente pelas camadas de alta renda." (Albuquerque, 2007, p.114).

A ação da COHAB de Curitiba na década de 1960 e nas seguintes foi a de concentrar a habitação popular da cidade em uma região distante do centro, próxima à poluição das áreas industriais e aos limites de municípios vizinhos, em regiões já habitadas por população de baixa renda que invadira terras públicas ou privadas, constituindo áreas precárias de habitação informal nas franjas periféricas de Curitiba. Averiguou-se que até 2007, das 101.685 unidades habitacionais entregues pela COHAB em Curitiba, 86.248 delas estavam localizadas ao sul da cidade, ou seja, 85% de toda a produção habitacional popular de está concentrada nos bairros ao sul (incluindo SO e SE). O bairro que possui o maior número de unidades habitacionais é o CIC, com 30.818, onde vivem aproximadamente 100 mil habitantes, ou seja, 62,5 % da população do bairro. Somada as habitações produzidas pela COHAB no CIC às unidades habitacionais do Sítio Cercado - bairro também localizado cerca de 20 quilômetros ao sul do centro – resulta-se em cerca de 50 mil unidades habitacionais, equivalendo a quase metade de toda a produção da COHAB em Curitiba.

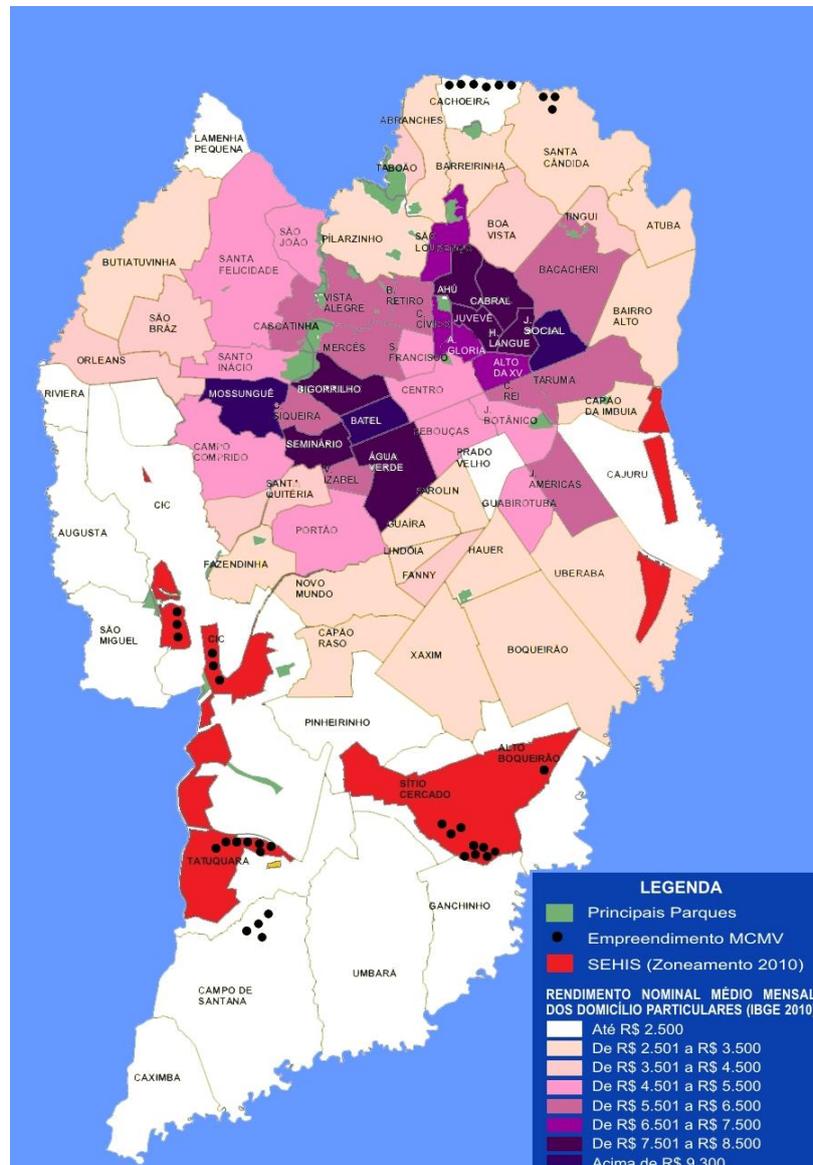


5 MINHA CASA MINHA VIDA: NOVAS PERSPECTIVAS OU AS MESMAS PRÁTICAS?

O PMCMV, surgido após discussões, avanços e conquistas relacionados à reforma urbana, como a criação do Estatuto da Cidade e a institucionalização do Ministério das Cidades, no final da primeira década deste século - e o estabelecimento de práticas e instrumentos passíveis de fazer cumprir a função social da habitação e a constituição de um espaço urbano mais justo e democrático poderia ser um alento ao problema habitacional e à amenização da segregação urbana. Porém, a situação e a política habitacional curitibana pouco alterou.

Apesar da possibilidade de atender uma população de rendimentos inferiores, especialmente a que ganha até 3 SM - com uma prática de subsídio até então inédita para esta faixa de renda - a questão habitacional popular em Curitiba continua sendo praticada da mesma forma que antes: de maneira excludente, pouco integradora e de forma a conservar o espaço dos setores privilegiados da cidade, mantendo-os com sua diminuta heterogeneidade social, ausentes e distantes de conjuntos habitacionais populares e alheios aos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS). Nenhum empreendimento das faixas 1 e 2 (destinados às famílias de 0 a 3 SM e 3 a 6 SM respectivamente) foi implantado em regiões nobres ou centrais da cidade, ao ponto que 70% destes foram localizados ao sul de Curitiba, região que tradicionalmente abriga conjuntos habitacionais e loteamentos populares, assim como ocupações informais. Conforme observável no mapa abaixo, todos os 37 empreendimentos que garantirão quase 10 mil novas moradias populares contratadas nas faixas 1 e 2 do PMCMV para Curitiba, estão localizados em bairros periféricos, muitos deles em áreas de SEHIS, distantes das áreas nobres e dos bairros que abrigam população de alta renda. Localizando, em sua maioria, na divisa ou próximos dos limites com outros municípios da RMC, numa prática expressamente excludente e apartadora do direito usufruir dos melhores serviços e benefícios urbanos de Curitiba.

Figura 5: Rendimento por bairro, SEHIS, empreendimentos do PMCMV e principais parques



Fonte: Censo 2010, IPPUC e COHAB-CT. Elaborado pelo autor.

Embora o PMCMV pudesse contribuir com a diminuição do processo segregativo na cidade, da maneira como tem sido implantado, contribui para o acirramento deste, uma vez que propicia a exclusão social e a intensificação das desigualdades urbanas e espaciais, apartando e não incluindo a camada social de menores rendimentos às benesses e melhores áreas da cidade.

A residência em locais segregados traz como consequência o isolamento às redes sociais e econômicas mais relevantes, expondo a população apartada em riscos e vulnerabilidades socioeconômicas, contribuindo ainda mais para a reprodução da pobreza (TORRES & MARQUES, 2004). Concorda-se com Maricato (2009) que a habitação é uma mercadoria especial, pois exige terra urbanizada para sua realização, porém, a dificuldade e restrição que as camadas de menor renda enfrentam para usufruí-la são imensas, de forma que a população urbana brasileira de baixa renda, historicamente vem sendo excluída da cidade formal. “Excluídos do mercado privado legal que monopoliza as boas localizações” (MARICATO, 2009,



p:2). Da mesma forma, políticas habitacionais equivocadas ou seguindo interesses econômicos, quantitativos e eleitorais, longe de pensar na constituição de cidades mais inclusivas e proporcionar o acesso da população de baixa ao seu direito de usufruir da cidade, acaba deslocando-as para as periferias em áreas geralmente preteridas e rejeitadas pelo mercado formal.

Conclui-se que o poder público atuou e continua atuando no fortalecimento da segregação sócio-espacial em Curitiba, seja pelos investimentos públicos que equiparam e valorizaram regiões da cidade – em geral habitadas por população de alta renda – e a transformaram num destaque mundial por soluções urbanas criativas -, seja também a partir da localização das habitações de interesse social nas últimas quatro ou cinco décadas, que reforçaram o isolamento e a concentração de população de baixos rendimentos em uma determinada área da cidade.

No contexto metropolitano, a localização dos imóveis produzidos pelo PMCMV coincide com a área que apresenta maior precariedade habitacional e concentração de famílias com baixos rendimentos, evidenciando uma prática de manter concentrado, escondido e apartado os “problemas” da “cidade modelo” às suas bordas, especialmente junto aos limites com os municípios localizados ao sul de Curitiba. Esta prática ratifica a periferização e o acirramento do contraste entre um núcleo central habitado por uma população de renda elevada em espaços providos de bons serviços e infraestrutura à uma margem periférica de pobreza, onde sobrevive uma população pobre em um espaço urbano dotado de equipamentos e serviços insuficientes e de qualidade inferior se comparado aos das áreas nobres.

Este processo excludente e desigual de produção do espaço urbano curitibano tem contribuído para a ampliação das áreas concentração da pobreza e a manutenção do desequilíbrio socioespacial no meio urbano, privando muitos dos habitantes de seus direitos fundamentais, de viver dignamente na cidade, colocando-os literalmente às margens da cidade, espoliando-os da condição de cidadãos.

Entende-se que o direito ao usufruto da cidade deveria ser compreendido como forma superior dos direitos, afinal, o “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (LEFEBRVE, 1991, p:142). Porém, tais direitos estarão e continuarão distantes enquanto socialmente, espacialmente e politicamente distantes estiverem aqueles tradicionalmente postos às margens pelas políticas públicas e pelos resultados e condicionantes de uma sociedade excludente e injusta com os que mais necessitam.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A.. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”*. São Paulo: FAU-USP. (Dissertação de mestrado), 2007.
- BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CARVALHO, A. S. *Vivendo às margens: Habitação de Interesse Social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba*. Florianópolis: PGAU-UFSC. (Dissertação (Mestrado PGAU), 2014.
- CURITIBA. *Lei n. 2828*, de 10 de agosto de 1966. Dispõe sobre o Plano Diretor de Curitiba.
- IPPUC. *Plano Diretor de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 2004



- IPPUC. *Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente*, Curitiba: IPPUC, 2007
- IPPUC. *Plano Diretor de Curitiba: habitação e habitação de interesse social – Análise de desempenho, 1970 a 2009.* / Coordenação de Maria Teresa Bonatto de Castro e Marília Isfer Ravanello. Curitiba: IPPUC, 2010
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001
- MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados* (São Paulo) 17 (48), 151-167, 2003.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Como Anda a MetrÓpole. Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: Iparde/Observatório das MetrÓpoles, 2006.
- OLIVEIRA, D. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- POLLI, S. A. *Curitiba, MetrÓpole Corporativa: Fronteiras da Desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ-PGPUR (Dissertação de Mestrado), 2006.
- SANCHEZ F. E. G. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra. 1997.
- SOUZA, N. R. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade, *Rev. Sociol. Polit* (Curitiba), 16, jun, 107-122, 2001.
- SUGAI, M. I. *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis*. São Paulo: FAU-USP (Tese de Doutorado), 2002.
- TORRES, H.; MARQUES, E. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. São Paulo Perspec. vol.18 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004
- TORRES, H. Medindo a segregação. In: MARQUES, E. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.